

Carta ao Editor referente a “Nível de Conhecimento e Padrão de Utilização da Contraceção de Emergência entre as Mulheres Portuguesas Utilizadoras dos Cuidados de Saúde”

Letter to the Editor concerning “Knowledge and Patterns of Use of Emergency Oral Contraception among Portuguese Female Users of Healthcare Services”

Palavras-chave: Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde; Contraceção de Emergência; Educação em Saúde; Portugal; Saúde Sexual; Serviços Comunitários de Farmácia

Keywords: Community Pharmacy Services; Emergency Contraception; Health Education; Health Knowledge, Attitudes, Practice; Portugal; Sexual Health

Caro Editor,

Rodrigues *et al* no artigo “Nível de Conhecimento e Padrão de Utilização da Contraceção de Emergência entre as Mulheres Portuguesas Utilizadoras dos Cuidados de Saúde”¹ publicado no número de janeiro de 2022 da Acta Médica Portuguesa, no qual foram estudadas 280 mulheres portuguesas utilizadoras dos cuidados de saúde, concluíram que a maioria pouco mais sabia do que da existência da contraceção de emergência. Estes resultados são preocupantes, não só por Rodrigues *et al* terem encontrado um baixo nível de conhecimento sobre a contraceção de emergência, mas também por terem verificado um aumento na utilização deste método na população estudada (em comparação com estudo anterior de 2015).² Portanto, as mulheres utilizadoras dos cuidados de saúde apesar de usarem mais a contraceção de emergência não são mais conhecedoras do método, com metade das usuárias da contraceção de emergência a fazê-lo sem qualquer aconselhamento prévio.¹

Rodrigues *et al* também verificaram que a grande maioria da amostra obteve a contraceção de emergência na farmácia comunitária, e citando bibliografia internacional, defendem que a obtenção através de farmácias não permite um aconselhamento eficaz sobre contraceção.¹

REFERÊNCIAS

- Rodrigues A, Valentim B, Tavares D, Augusto MJ, Campelo J, Loureiro M, et al. Knowledge and patterns of use of emergency oral contraception among Portuguese female users of healthcare services. Acta Med Port. 2022;35:30-5
- Águas F, Bombas T, Pereira da Silva D. Evaluation on Portuguese women contraceptive practice. Acta Obstet Ginecol Port. 2016;10:184-92.
- SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. Profissionais de

Pessoalmente, discordo dos autores e acredito que a informação e aconselhamento ao paciente devem ser realizados junto dos profissionais de saúde que se encontram onde aquele mais se dirige, e neste caso a porta de entrada é a do farmacêutico(a). Igualmente, o Ministério da Saúde reconhece o(a) farmacêutico(a) como “o profissional de saúde a quem cumpre desenvolver atividades no âmbito do medicamento, análises clínicas e genética suscetíveis de contribuir para a salvaguarda da saúde pública, bem como ações de educação dirigidas à comunidade no âmbito da otimização da terapêutica e promoção da saúde.”³ Especificamente no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva, a Ordem dos Farmacêuticos, em Portugal, tem Norma própria datada de dezembro de 2015 sobre a intervenção farmacêutica na contraceção de emergência.⁴ Neste documento está patente o importante papel do(a) farmacêutico(a) na promoção de saúde, tanto pelo seu fácil acesso, como pelos adequados conhecimentos científicos que possui.⁴ Ao contribuir para a utilização correta, segura e eficaz dos métodos contraceptivos, o(a) farmacêutico(a) poderá proporcionar uma educação sexual fundamentada que possa contribuir para evitar gravidezes indesejadas.⁴

Admito que o(a) farmacêutico(a) de farmácia comunitária está numa posição privilegiada para, ao longo do tempo, intervir não só na dispensa de contraceção de emergência, mas também na transmissão de informação e aconselhamento necessários às mulheres que procuram este método, reduzindo assim o desconhecimento em relação ao período correto de utilização e questões de segurança, encontrados no estudo de Rodrigues *et al*.¹

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não ter conflitos de interesse relacionados com o presente trabalho.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este trabalho não recebeu qualquer tipo de suporte financeiro de nenhuma entidade no domínio público ou privado.

Filipe PRAZERES✉^{1,2}

1. Unidade de Saúde Familiar Beira Ria. Gafanha da Nazaré. Portugal.

2. Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade da Beira Interior. Covilhã. Portugal.

✉ Autor correspondente: Filipe Prazeres. filipeprazeressmd@gmail.com

Recebido/Received: 28/01/2022 - Aceite/Accepted: 03/02/2022 - Publicado/Published: 01/04/2022

Copyright © Ordem dos Médicos 2022

<https://doi.org/10.20344/amp.17998>

